

SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

UNIDADE JURISDICIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS

COMARCA DE VISCONDE DO RIO BRANCO

SENTENÇA

PROCESSO Nº : 0059077-23.2013.8.13.0720

AUTOR : Michel Soares de Oliveira

RÉUS : Estado de Minas Gerais

Município de Guiricema-MG

AÇÃO : Obrigação de Fazer

RESUMO

Michel Soares de Oliveira requer que o Estado de Minas Gerais e o Município de Guiricema-MG sejam condenados a lhe fornecer mensalmente os medicamentos GLIFAGE, ONGLYZA, GABAPENTINA, JUNEMET, GLIMEPIRIDA, LUVOX, AMATO, pois foi diagnosticado com obesidade mórbida, cujo tratamento depende do uso dos medicamentos prescritos. Contudo, não dispõe de condições financeiras para adquiri-los e os réus se negam a fornecê-los.

A antecipação de tutela foi indeferida (fl.33). Posteriormente, a requerimento do autor a decisão foi reconsiderada e a medida deferida (fl.47).

O Estado de Minas Gerais ofertou contestação escrita (fl.59/67).

O Município de Guiricema-MG interpôs agravo de instrumento (fl.73/83).

As partes compareceram à audiência de conciliação, instrução e julgamento mas não celebraram acordo. Na oportunidade o Município de Guiricema-MG ofertou contestação escrita. Em seguida o autor apresentou impugnação às contestações e informou que ainda não recebeu os medicamentos. Por fim, as partes disseram não ter mais provas a produzir, concordando com o julgamento do feito no estado em que se encontra.

DECISÃO

Defiro ao autor a assistência judiciária requerida, pois estão preenchidos os requisitos legais.

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, sendo dispensável a expedição de ofício, conforme requerido pelo Estado de Minas Gerais.

Rejeito a preliminar arguida pelo primeiro réu, pois a responsabilidade no caso em questão é solidária.

No mérito, o pedido do autor é procedente.

Não obstante intimados da decisão de fl. 47, que deferiu a antecipação da tutela e os obrigaram a fornecerem os medicamentos para o autor, os réus simplesmente deram de ombros e se mantiveram inertes, deixando o paciente à mercê da própria sorte, o que não pode ser tolerado. A única forma de compelir os réus ao cumprimento da ordem, já que resistente, foi o bloqueio judicial da importância necessária para a aquisição particular

do medicamento, sem prejuízo da multa já arbitrada, a qual poderá ser buscada na fase de execução.

O pedido do autor é para que o Poder Judiciário determine aos réus o fornecimento de medicamento para o tratamento de doença diagnosticada como "obesidade mórbida".

Verifica-se, sem sombra de dúvidas, o direito à saúde, invocado pelo autor, que é expressamente assegurado pelo artigo 196 da CR/88. Este dispositivo, ao prescrever que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, constitui norma de aplicabilidade imediata e eficácia plena.

Não assiste razão aos réus na alegação de que o medicamento não pode ser fornecido, pois, de forma alguma, isso pode inviabilizar o tratamento prescrito pelo médico responsável, uma vez que o direito à vida e à saúde deve prevalecer sobre qualquer outra garantia constitucional. Além disso, eles não negam a necessidade do medicamento pleiteado, apenas questionam a existência de terapia alternativa e a obrigação de fornecê-los. Neste aspecto, cabe ressaltar que não se trata de medicamentos de "alto custo", mas de medicamentos prescritos a pessoa carente de recursos.

Assim, atendo-se ao fato de que o fornecimento de medicamento a pessoa que padece de grave enfermidade, tem força para efetivar o cumprimento do artigo 196 da Constituição Federal de 1988, aplicar-se-á o princípio da razoabilidade para garantir o direito à saúde e a vida em detrimento da alegação de não fazer parte do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF.

Sendo o direito à saúde, arrolado no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, cabe ao Poder Judiciário, quando da omissão do Poder Executivo na implementação e efetivação dos direitos fundamentais, agir com celeridade e assegurar o cumprimento de determinações constitucionais. Portanto, os réus, ao negarem ao autor o fornecimento dos medicamentos, violaram seu direito, dando ensejo a que ele buscasse a proteção legal por meio desta ação.

Não é ocaso de se tentar terapias alternativas, pois a prescrição médica é taxativa quanto à necessidade dos medicamentos pretendido e sua eficácia no tratamento da enfermidade.

De outro lado, a fim de se garantir a regularidade no fornecimento do medicamento e para se prevenir eventuais abusos e desvios de finalidade, assiste razão ao Estado quanto à renovação mensal da receita médica e sua retenção a cada fornecimento da dosagem necessária para o mês.

Posto isso, julgo procedente o pedido inicial e condeno o Estado de Minas Gerais e o Município de Guiricema-MG, solidariamente, a fornecerem, imediatamente, para Michel Soares de Oliveira, os medicamentos Glifage CR 500mg c/30CPR; Onglyza 5mg c/30CPR; Gabapentina 300mg c/30CPR; Junemet 50/500 c/56CPR; Glimepirida 2mg c/30CPR; Luvax 100mg c/30CPR; Amato 50mg c/60CPR, de forma contínua, desde que seja apresentada mensalmente e retida a respectiva receita médica. Deverá, ainda, incluí-lo em programa específico para esse fim, sob pena da multa diária de R\$100,00, limitada a R\$10.000,00. No mais, confirmo a decisão de antecipação de tutela de f.47.

Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei n.º 9.099/95.

Publique-se, registre-se e intime-se.

Visconde do Rio Branco, 3 de novembro de 2014.

Jayme de Oliveira Maia

Juiz de Direito